

A AMÉRICA NEGRA EM TEMPO DE REVOLUÇÃO: RAÇA E REPUBLICA NOS ESTADOS UNIDOS (1776-1860)

Larissa Moreira Viana¹

Universidade Federal Fluminense, Departamento de História

Recebido 26/07/2014
Aprovado 03/11/2014

Resumo: O objetivo central deste artigo é analisar e contrapor as visões de dois homens públicos norte-americanos, Thomas Jefferson (1743-1826) e James McCune Smith (1813-1865), a respeito do lugar político e social dos negros na república. Thomas Jefferson, proprietário de terras, de escravos e presidente dos Estados Unidos na primeira década do século XIX, foi autor das *Observações sobre o Estado da Virgínia*, originalmente publicadas em inglês no ano de 1787. James McCune Smith, médico, abolicionista e escritor negro, publicou em 1859, na Revista Anglo-Africana, um artigo no qual debateu as ideias de Jefferson, de modo a defender uma visão radicalmente antirracista sobre a história e atuação dos negros na construção republicana do país. Este encontro de ideias será analisado sob a perspectiva de que as elites abolicionistas negras foram desafiadas a construir uma retórica de luta política bastante específica. Suas estratégias deitavam raízes em valores da tradição norte-americana mais ampla, com a qual dialogavam intensamente, porém de forma combativa e distintiva.

Palavras-chave: Relações Raciais – Estados Unidos – Cidadania republicana.

BLACK AMERICA IN REVOLUTIONARY TIME: RACE AND REPUBLIC IN THE UNITED STATES (1776-1860)

Abstract: The main purpose of this article is to analyze the views of two intellectuals, Thomas Jefferson (1743-1826) and James McCune Smith (1813-1865), on the political and social role of blacks in the United States. Thomas Jefferson, owner of land, slaves and president of the Republic in the first decade of the nineteenth century, was the author of *Notes on the State of Virginia*, originally published in English in 1787. James McCune Smith, medical doctor, black abolitionist and writer, published in 1859, in the *Anglo-African Magazine*, an article discussing the ideas of Jefferson, in order to defend a radically antiracist approach about the history and role of blacks in the American Republic. This contrast of ideas will be discussed from the perspective of the elite black abolitionists, whose values integrated the broader American tradition, although in a combative and distinctive way.

Keywords: Race Relations – United States – Republican citizenship.

Um notável repertório de direitos seguiu-se às rupturas políticas americanas de fins do século XVIII, nomeadamente a partir das declarações de independência dos Estados Unidos (1776) e do Haiti (1801). Ainda que muito

¹ Email: ufflarissa@gmail.com. Endereço de correspondência: Rua Álvares de Azevedo, 121 1202 B. Icarai, Niterói, RJ – CEP: 24.220-020. Brasil.

distintas em alcance e promessas civis, tais declarações apontavam um caminho potencialmente revolucionário para o corpo de cidadãos dos governos que inauguravam, fundados na proposição de direitos gerais.² Como adverte Lynn Hunt, os processos de independência “abriram a porta para a declaração de direitos”, lançando as bases de um vocabulário político que se difundiu rapidamente entre os negros de diferentes partes das Américas, fossem eles escravos ou homens e mulheres livres.

Um exemplo da rápida apropriação deste novo vocabulário político pode ser observado em uma petição assinada por escravos do Condado de Stratford, dirigida à Assembleia Geral do estado de Connecticut, em maio de 1779. Tais escravos, escrevendo ainda durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, reclamavam do fato de serem mantidos como cativos em um país livre, notando que, quanto mais consideravam a questão, mais convencidos se tornavam do direito à liberdade. Afinal, “embora diferentes na cor... nada nos leva a acreditar ou suspeitar que devemos servir os nossos senhores mais do que eles a nós”.³

Estas palavras, redigidas por um grupo de cativos do Norte da Confederação Americana,⁴ permitem observar certos aspectos presentes na retórica do protesto negro norte-americano que se seguiu à Independência e atravessou o longo século XIX, marcado pelo paradoxo da escravidão e da liberdade.⁵ Como se formou o discurso da suposta inferioridade e incapacidade dos negros para a igualdade política? Como os abolicionistas negros contestavam ativamente o ideal de uma

² HUNT, Lynn. **Inventing human rights: a History**. New York/London: W.W. Norton & Company, 2007. p. 122. Sobre as declarações de independência nos Estados Unidos e Haiti, ver ARMITAGE, David. **Declarações de Independência: uma história global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³ No original: “Although our skins are different in color, from those whom we serve... there is nothing that lead us to a belief, or suspicion, that we are any more obliged to serve them, than they us...”, *apud* APETHEKER, Herbert (editor), **A documentary history of the negro people in the United States**. New Jersey: The Citadel Press, 1951. v. 1, p.11.

⁴ É relevante notar que a organização política do que futuramente seriam os Estados Unidos da América estava em formação, e no período de 1777 a 1789 uma Confederação congregava os treze estados originais.

⁵ Sobre o tema do paradoxo entre a independência política e a continuidade da escravidão em diversos estados americanos no período pós-independência, ver, entre outros autores, BAYLIN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução americana**. Bauru: Edusc, 2003; GREENE, Jack P. The American Revolution, **The American Historical Review**, v. 105, n. 1, p. 93-102, 2000; MORGAN, Edmund. The paradox of slavery and freedom. *In*: HOLT, T & BROWN, E.B. (orgs.). **Major problems in African American history: from slavery to freedom**. Boston/New York: Houghton Mifflin Company, 2000. p.99-108.

“república branca”? Como os ativistas negros apelaram aos valores centrais da república americana para defender valores alternativos em termos das relações raciais?

O objetivo central deste texto é analisar e contrapor as visões de dois homens públicos norte-americanos, Thomas Jefferson (1743-1826) e James McCune Smith (1813-1865), a respeito do lugar político e social dos negros na república norte-americana. Thomas Jefferson, proprietário de terras, de escravos e presidente dos Estados Unidos na primeira década do século XIX, foi autor de *Observações sobre o Estado da Virgínia*, originalmente publicado em inglês no ano de 1787. James McCune Smith, médico, abolicionista e escritor negro, publicou em 1859, na Revista Anglo-Africana, um artigo no qual debateu as ideias de Jefferson, de modo a defender uma visão radicalmente antirracista sobre a história e atuação dos negros na construção republicana do país.⁶ Este encontro de ideias será analisado sob a perspectiva sugerida por Patrick Rael, para quem as elites abolicionistas negras foram desafiadas a construir uma retórica de luta política cujas estratégias deitavam raízes em valores da tradição norte-americana mais ampla, com a qual dialogavam intensamente, porém de forma combativa e distintiva.⁷

Thomas Jefferson e a condição dos negros na república em formação

O contexto da Guerra de Independência nos Estados Unidos estimulou muitos negros a formularem apelos públicos contra a escravidão, através de ações coletivas ou individuais. Os escravos do Condado de Stratford acima citados, portanto, manifestavam-se a respeito de um princípio que julgavam amplo, relacionando a liberdade política ao fim da escravidão.

Este princípio de liberdade, contudo, revelara-se um foco de intensas discussões. Bom exemplo disto está nas *Observações sobre o Estado da Virgínia*, escritas por Thomas Jefferson entre 1781-2, período em que ele era governador

⁶ SMITH, James McCune. On the Fourteenth Query of Thomas Jefferson's Notes on Virginia. **Anglo-African Magazine**, August 1859. Como se trata de um periódico consultado pela base digital Black Abolitionist Papers, assinada pela UFF, não disponho da paginação original

⁷ Ver RAEL, Patrick. **Black identity and Black protest in the Antebellum North**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2002. p. 279-290.

deste estado. As *Observações* constituem um conjunto de reflexões elaboradas por Jefferson em resposta a uma série de questões sugeridas pelo então Secretário da missão diplomática francesa na Philadelphia, François Barbé-Marbois.

Proponho seguirmos de perto os argumentos enunciados por Thomas Jefferson no capítulo XIV das suas *Observações*, no qual ele discorre sobre a administração da justiça no estado da Virgínia e oferece diversas pistas sobre sua posição a respeito da emancipação dos escravos na América. Após lembrar que a instauração da república norte-americana impulsionara uma revisão da Constituição do estado da Virginia, Jefferson enumerou uma série de alterações propostas para o governo deste estado, pioneiro na introdução da escravidão em larga escala nas treze colônias americanas. Uma das emendas então propostas dizia respeito à emancipação de todos os escravos nascidos após a aprovação da revisão da Constituição. Ainda segundo Jefferson, o plano de emancipação previa que os libertos fossem preparados para alguma profissão com recursos dos cofres públicos, até que atingissem a idade de dezoito anos (mulheres), e vinte e um anos (homens). A partir de então, os libertos deveriam ser enviados para algum lugar considerado apropriado, de modo a desfrutar da liberdade fora do estado da Virgínia.⁸ A este respeito, é o próprio Jefferson que lança uma questão inquietante: “Provavelmente se perguntará porquê não reter e incorporar os negros [livres] no estado, evitando assim a despesa de substituí-los através da importação de colonos brancos?”⁹

Em resposta a sua própria questão, Jefferson relatou inicialmente uma série de objeções políticas à permanência de negros livres no estado da Virgínia: o preconceito do homem branco, o rancor dos negros pelas ofensas sofridas e as “verdadeiras distinções que a própria natureza havia criado” eram alguns dos impedimentos por ele apontados. Estas e outras circunstâncias, notou o autor, dividiriam negros e brancos, produzindo convulsões sociais que, provavelmente, conduziriam à “extinção de uma ou outra raça”.¹⁰

⁸ JEFFERSON, Thomas. **Writings**. New York: The Library of America, 1984. p. 264. O livro *Notes on the State of Virginia* está publicado na íntegra nesta coletânea de escritos de Thomas Jefferson editada por *The Library of America*.

⁹ JEFFERSON, **Writings**... Op. Cit., p. 264.

¹⁰ JEFFERSON, **Writings**... Op. Cit., p. 264.

Além das questões identificadas como políticas, ressalta-se também a existência de objeções “físicas e morais” à integração social dos libertos. Nas palavras dele próprio: “A primeira diferença que nos impressiona é a da cor. Seja a cor dos negros derivada da membrana entre a pele e a epiderme, ou seja procedente da cor do sangue... a diferença está fixada na natureza.... E não é esta uma diferença importante?”.¹¹

Para Jefferson, a diferença de cor, assim como outras diferenças físicas e de comportamento, seriam importantes pois eram a prova de uma diferença racial (“difference of race”, no original).¹² Comparando-os ainda em outras habilidades, o então governador da Virginia concluiu que negros e brancos possuíam capacidades iguais de memorização, mas quanto ao raciocínio, os negros seriam muito inferiores, e sua capacidade de imaginação seria anômala se confrontada com a dos brancos.

As afirmações de Jefferson sinalizavam, de forma incipiente, para os termos de um debate crescentemente ampliado. Neste debate, a questão central se remetia à suposta inadequação dos negros para ingressar na república norte-americana em condições de igualdade política: seria tal condição fruto da escravidão, e portanto superável, ou seria o resultado de uma qualidade inata dos negros, fixada na natureza? Em seu texto da década de 1780, foi à escravidão romana que Jefferson recorreu para sustentar seu ponto de vista. Afinal, notava ele, os escravos romanos eram excepcionais nas artes e nas ciências, e não raro empregados como tutores dos filhos de seus senhores. Uma vez que tais escravos “eram da raça dos brancos”, seria possível inferir, nas palavras de Jefferson, “que não era a condição, mas sim a natureza, que produzia a distinção”.¹³ Tal ponto de vista foi enfatizado uma vez mais pelo autor quando o apelo à história natural ingressou em suas *Observações*:

Embora tenhamos sob nossos olhos por mais de um século e meio as raças de homens negros e vermelhos, elas nunca foram vistas por nós como objetos da história natural. Sendo assim proponho, como uma suspeita apenas, que os negros, sejam eles originalmente uma raça

¹¹ Ibidem, p. 264.

¹² Ibidem, p. 265.

¹³ Ibidem, p. 268.

distinta, ou se tenham tornado distintos pelo tempo e circunstâncias, são inferiores aos brancos nas capacidades do corpo e da mente.¹⁴

Esta suspeita sobre a inferioridade dos negros o levou a concluir que a permanência dos libertos na Virgínia era indesejável. O esforço de removê-los para algum outro lugar seria então a condição para prevenir as “misturas”,¹⁵ igualmente indesejáveis aos olhos do autor. Seria a posição de Jefferson partilhada por muitos de seus contemporâneos?

Na geração dele, que era precisamente a geração revolucionária, a discussão letrada sobre as possibilidades de integração dos negros livres na sociedade encaminhava-se geralmente para o reconhecimento da igualdade moral entre os indivíduos. Na América Setecentista, predominava o argumento de que o ambiente e a condição em que viviam os indivíduos eram os fatores explicativos das diferenças em suas possibilidades de inserção social: a igualdade original era um valor reconhecido e defendido. O pensamento religioso, aliás, constitui um núcleo interessante para observarmos a defesa da ideia da igualdade original naquele contexto. Para muitos *quakers*, que integravam o grupo religioso conhecido como Sociedade dos Amigos, de origem inglesa, a noção de degradação e incapacidade intelectual dos negros era combatida como parte de uma causa política e religiosa mais ampla, que incluía uma campanha ativa contra a posse de escravos entre os membros desta comunidade. Anthony Benezet, um huguenote que imigrou para a Philadelphia em 1731, tornou-se um dos mais influentes advogados da abolição e dos direitos dos negros entre os *quakers*. Por volta de 1750, Benezet começou a dar aulas para crianças negras livres e escravas à noite, para as quais ensinava as mesmas matérias estudadas por seus alunos *quakers* durante o dia. Sobre esta experiência ele afirmou, em 1767, ter encontrado entre as crianças negras uma variedade de talentos e uma capacidade de aprendizagem tal qual ele observara entre os brancos.¹⁶

Ainda em meados do século XVIII, a questão da capacidade dos negros havia se irradiado pelas colônias, no rastro do Grande Despertar religioso iniciado por

¹⁴ *Ibidem*, p.270.

¹⁵ *Ibidem*, p.270.

¹⁶ NASH, Gary. **Forging Freedom: the formation of Philadelphia's black community (1720-1840)**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1988. p. 29-30.

volta de 1740. O processo de conversão ao protestantismo, que era o objetivo central dos movimentos de despertar da fé, enfatizava a intensidade da convicção religiosa, mais do que o conhecimento das escrituras sagradas ou dos preceitos da religião abraçada. Revigorava-se, portanto, a crença na igualdade espiritual entre os homens. Entre os batistas e metodistas, sobretudo, o primeiro Grande Despertar conseguiu trazer para a religião cristã um grande número de adeptos negros. Um dos líderes deste movimento de conversões, o anglicano George Whietfield (1714-1770), nunca negou a legitimidade da escravidão, mas em um de seus sermões, que circulavam na forma de panfletos dirigido aos proprietários de escravos, ele lançou a seguinte pergunta:

Vocês pensam que seus filhos são de alguma forma melhores do que os pobres negros?...Os negros são concebidos no pecado tanto quanto os homens brancos o são. Estou convencido de que ambos, se nascidos e criados aqui, são capazes do mesmo desenvolvimento em termos religiosos.¹⁷

Mas o que pode haver de comum entre a convicção abolicionista de A. Benezet e a crença de George Whitefield na legitimidade da escravidão africana? A resposta a esta pergunta está na defesa da igualdade original como valor comum ao pensamento religioso do século XVIII. Abolicionistas ou não, estes homens defendiam que brancos e negros possuíam uma origem comum e haviam sido criados à semelhança de um único Deus. A suposta degradação dos africanos, para Whitefield, seria produto do meio: os negros nascidos e criados na América, em contrapartida, alcançariam o desenvolvimento religiosos de seus conterrâneos, como produto do meio social em que viviam.

Estes fragmentos de discursos letrados da segunda metade do século XVIII nos trazem pistas para compor um cenário de ideias sobre a capacidade de inserção social dos negros na América Setecentista. Sob o ponto de vista predominante da igualdade original, os eventuais vícios atribuídos aos negros seriam um produto da escravidão, e portanto mais ou menos reversíveis a partir da conquista da liberdade e da educação cristã, nomeadamente. Por outro lado,

¹⁷ Whitefield *apud* JORDAN, Winthrop. **White over Black: American Attitudes toward the negro**. London: W.W. Norton and Company, 1977. p. 214.

opiniões como as de Thomas Jefferson, ainda que minoritárias, traziam à tona alguns questionamentos para os contemporâneos da república em formação: poderia ser inata a suposta degeneração dos negros? Era desejável que a América fosse por eles povoada? Os autores aqui citados – políticos, religiosos, letrados – nos permitem pensar que na América Setecentista o discurso sobre a cor e a raça já se revestia de uma dimensão política, que se aprofundaria no século seguinte: afinal, seriam as diferenças de cor capazes de limitar o acesso à cidadania americana?

James McCune Smith: república, exclusão e cidadania negra no século XIX

Um dos grandes desafios para as lideranças negras norte-americanas no século XIX era o de combater a um só tempo a escravidão e o crescente racismo, em parte disseminado por discursos da ciência. Da ciência à política, e vice-versa, uma variedade de imagens, teorias e debates sobre a suposta inadequação dos negros para integrar a república norte-americana invadiu ambientes acadêmicos, jornais, discussões partidárias e o cotidiano das ruas. Líderes negros, radicados sobretudo nas cidades ao Norte do país, onde a escravidão foi abolida nas décadas que se seguiram à Independência, contradiziam e desafiavam a crescente ideia de inferioridade dos negros. Valendo-se muitas vezes da retórica sobre a raça, tão presente naquele contexto, subvertiam-na para reafirmar a noção da igualdade original entre os povos, qualquer que fosse a sua cor. Líderes negros como James McCune Smith¹⁸ iam à público para combater a noção de supremacia branca e defender a cidadania negra em um ambiente de crescente embate racial.

James McCune Smith, sempre lembrado como o primeiro negro norte-americano a graduar-se como médico, nasceu em 1813 na cidade de Nova York, onde frequentou a *Free African School*, mantida por uma sociedade antiescravista

¹⁸ Sobre James McCune Smith e a discussão racial enunciada neste e em outros pontos do artigo ver: RAEL, **Black identity and Black protest in the Antebellum North...** Op. Cit.; DAIN, Bruce. **A hideous monster of the mind: American race theory in the early Republic.** Cambridge/London: Harvard University Press, 2002; FREDRICKSON, George M. **Diverse nations: explorations in the history of racial and ethnic pluralism.** Boulder/London: Paradigm Publishers, 2008; MORGAN, Thomas. The education and medical practice of Dr. James McCune Smith (1813-1865), first black American to hold a medical degree, **Journal of National Medical Association**, v. 95, n. 7, p. 603–614, 2003; HOLT, Thomas. **The problem of race in the 21 st. century.** Cambridge/London: Harvard University Press, 2002.

local. Não se sabe ao certo se a mãe de Smith era escrava ou já liberta quando ele nasceu, mas é seguro afirmar que o passado escravo muito próximo era parte de sua história, igualmente marcada pela valorização da educação formal como meio de ascensão e legitimação da condição de homem livre. Auxiliado por abolicionistas e religiosos filantropos, Smith foi estudar medicina na Universidade de Glasgow, após ter seu ingresso negado, por alegadas razões raciais, em diferentes escolas médicas norte-americanas. Ao receber seu grau de Doutor em Medicina na Escócia, em 1837, retornou a Nova York, cidade na qual instalou sua prática médica e iniciou uma carreira dedicada ao ativismo abolicionista e à refutação das teses racistas, que a este tempo se multiplicavam nos meios científicos e letrados norte-americanos.

Neste artigo, proponho avaliarmos a resposta formulada por McCune Smith aos argumentos de Thomas Jefferson a respeito da suposta inferioridade dos negros, formulados em fins do século XVIII. Mais de 70 anos separam a publicação dos dois textos aqui analisados: Jefferson escreveu no fim da década de 1780; McCune Smith, por sua vez, recuperou os argumentos de Jefferson e dedicou-se a refutá-los em uma publicação de 1859. Este longo espaço de tempo permite de início perceber o impacto duradouro das ideias de Jefferson na comunidade negra livre do século XIX, que se desenvolveu em meio a uma combinação da vida urbana com uma forte cultura letrada e impressa, cujos porta-vozes eram, não raramente, homens que vivenciaram a escravidão muito de perto, como o próprio Smith. Combater os argumentos de Jefferson, e sobretudo aqueles formulados por homens de ciência nas décadas subsequentes, era central para muitos ativistas negros daquele período. O desenvolvimento de um repertório de ideias que valorizava a cidadania negra e republicana era central em parte da vigorosa escrita negra¹⁹ que se constituiu, paulatinamente, ao longo destes mais de setenta anos que separam a publicação dos dois textos aqui analisados.

Antes de acompanharmos os argumentos de McCune Smith, porém, será válido analisar com mais vagar alguns aspectos da democracia americana na

¹⁹ Sobre a escrita negra norte-americana no século XIX, ver LEVINE, Robert . The slave narrative and the revolutionary tradition of American autobiography. In: FISCH, Audrey (Editor). **The Cambridge Companion to The African American Slave Narrative**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 99-114.

primeira metade do século XIX. Marcada pela expansão territorial em direção ao oeste, pela ascensão da ideia de participação política do homem comum, pelo avanço da escravidão e pela retórica do abolicionismo militante, a conjuntura norte-americana testemunhava as profundas contradições do binômio liberdade e democracia. A democracia na América era então capaz de absorver brancos pobres e imigrantes, ao mesmo tempo em que excluía de suas fileiras mulheres e negros em geral.

O avanço da excludente ideia de uma América para o homem branco na primeira metade do século XIX foi bastante potencializada pela chamada democracia jacksoniana. Em 1828, Andrew Jackson tornou-se presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, amparado pela defesa da igualdade política, civil e moral dos homens brancos. O historiador norte-americano A. Saxton definiu a era Jackson como aquela em que o homem comum (“common man”) poderia tornar-se advogado, construtor ou banqueiro, uma vez que a livre competição e a igualdade de oportunidades seriam supostamente acessíveis a todos os homens brancos.²⁰ Cabe tentar definir minimamente as possíveis identidades do que se está denominando aqui como homem branco, inclinado a partilhar princípios democratas. O Partido Democrata tornou-se nacionalmente conhecido na primeira metade do século XIX, quando conquistou simpatizantes nos mais diversos segmentos sociais: trabalhadores urbanos, pequenos e médios proprietários, homens em busca de oportunidades, senhores de escravos sulistas. Nos estados nortistas, os setores médios da população teriam permanecido, em geral, como adversários dos democratas na arena política. Mas apesar das especificidades regionais, pode-se afirmar que a democracia jacksoniana atingia, nacionalmente, setores diversos da população branca.

Se o ideal de democracia era “racialmente delimitado”, como adverte A. Saxton, e portanto prioritariamente acessível ao homem branco, seria interessante indagar sobre os espaços políticos franqueados aos negros nesta democracia. Uma pista em relação ao olhar dos democratas nortistas sobre os negros está nas

²⁰ Os autores privilegiados nesta seção para discutir a noção de democracia na América Oitocentista serão: SAXTON, Alexander. **The Rise and fall of White Republic: class politics and mass culture in the nineteenth century**. London/New York: Verso, 1990; FONER, Eric. **The story of American freedom**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1999.

palavras de James K. Paulding (1778-1860), um escritor de Nova York. Ele publicou em 1836 o livro intitulado *Escravidão nos Estados Unidos*. Ainda segundo Saxton, Paulding escreveu ali uma espécie de “posição oficial” dos democratas nortistas em relação à escravidão, resgatando a defesa sulista da instituição, porém adaptando-a à sensibilidade de leitores nortistas. A julgarmos pelo trecho abaixo, a sensibilidade de parte dos nortistas suportaria bem ler uma defesa da incapacidade dos negros livres para participarem em condições igualitárias da república americana. Assim se expressou James Paulding:

O governo dos Estados Unidos, suas instituições e seus privilégios pertencem única e exclusivamente ao homem branco; tais instituições foram conquistadas por nossos pais e não pelo sangue dos negros. A mente dos africanos, não apenas em seu país natal, mas em qualquer circunstância, parece estar em grande medida destituída da capacidade de aperfeiçoamento.²¹

Em um período de crescente imigração e disputa por empregos, trabalhadores brancos tentavam convencer empregadores nortistas a não contratar negros livres, tornando mais limitadas as possibilidades de ascensão social através do trabalho. Ignorância, frivolidade, imoralidade e desordem eram alguns dos atributos negativos vinculados aos africanos e seus descendentes nascidos nas Américas, em um contexto de crescente disseminação dos repertórios relativos à supremacia branca. A discriminação cotidiana atingia em cheio aquilo que era considerado o âmago da democracia norte-americana Oitocentista: a ampliação sem precedentes do direito de voto. Alguns dados sintetizados por Eric Foner são valiosos para esta discussão. Na era revolucionária, ou seja, no período pós-independência, os estados da Virgínia, Carolina do Sul e Geórgia reservaram direito de voto explicitamente aos homens brancos, enquanto em outras regiões do Sul os costumes tornavam difícil o exercício do voto dos negros livres. Neste mesmo período, nenhum estado nortista limitava o voto com base em requisitos raciais. Após 1800, entretanto, o quadro se modificou: todos os novos estados que

²¹ Paulding *apud* SAXTON, **The Rise and fall of White Republic...** Op. Cit., p. 151.

ingressaram na União nesta fase, com exceção do Maine, permitiam o voto apenas aos homens brancos.²²

Mesmo nos estados nortistas, tradicionalmente mais flexíveis neste aspecto, foram criadas barreiras constitucionais para restringir o voto dos negros livres. Em 1821, por exemplo, a Convenção Constitucional de Nova York retirou os requisitos de propriedade para os eleitores brancos, ao passo que elevou para duzentos e cinquenta dólares a qualificação de propriedade para os eleitores negros, uma soma de dinheiro difícil de ser alcançada pela maioria dos residentes negros deste estado. Dezesesseis anos depois, em 1837, a Pennsylvania, região reconhecida pela vitalidade econômica e militância da comunidade negra da Philadelphia, também eliminou o voto negro do estado. Por volta da década de 1860, os negros votavam em condições de igualdade com os brancos em apenas cinco estados da região da Nova Inglaterra (Maine, New Hampshire, Vermont, Rhode Island e Massachusetts).

Esta limitação dos direitos políticos republicanos desde as primeiras décadas do século XIX ocorria em um contexto no qual a noção de inferioridade inata dos africanos e seus descendentes ganhava adeptos no âmbito da ciência. Nota-se, neste repertório científico, uma acelerada mudança de opinião sobre a capacidade dos negros, especialmente se comparamos autores de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Apostando na historicidade dos olhares brancos sobre os negros, será conveniente então retornarmos brevemente ao fim do século XVIII, quando foi publicado nos Estados Unidos o trabalho de Samuel Stanhope Smith (1750-1819), intitulado *Ensaio sobre as causas da variedade de compleição e aparência nas espécies humanas*, de 1787. Na época de sua publicação (que coincide com a edição das *Observações*, de Thomas Jefferson) este ensaio de Samuel Smith, um ministro presbiteriano e professor de filosofia moral em Princeton, tornou-se, segundo o historiador Winthrop Jordan, a mais influente visão sobre as diferenças humanas no meio científico norte-americano.

Samuel Smith partia da premissa de que houve uma criação única (monogênese) e atribuía as supostas diferenças e variações na espécie humana a causas “naturais”: o clima, os modos de vida, a situação específica de cada

²² FONER, **The story of American freedom...** Op. Cit., capítulo 4.

sociedade. Como ministro cristão, Samuel Smith inclinava-se a combater qualquer sugestão específica sobre a inferioridade de um grupo de homens sobre outro. Quanto ao futuro dos negros, aliás, Smith expressava-se dentro da tradição predominante na América Setecentista, segundo a qual a liberdade criaria a possibilidade de integração social dos negros: “A grande diferença entre escravos domésticos e do eito permite supor que, fossem eles perfeitamente livres, proprietários e admitidos a participar da sociedade liberal ... modificariam suas peculiaridades africanas rapidamente...”.²³

Charles Caldwell, homem de ciência do século XIX, não foi o primeiro, mas certamente foi um dos mais rigorosos oponentes desta visão. Desde 1811, Caldwell, um médico formado na Universidade da Pennsylvania, iniciou seus ataques ao trabalho de Samuel Smith, chegando a classificar seu *Ensaio* como uma “das mais errôneas produções que ele já examinara”.²⁴ Ao defender a ideia das diferenças raciais inatas, e, portanto, da inferioridade natural do negro, Caldwell rompeu com a visão da unidade original da criação humana. Em 1830, publicou um ensaio chamado *Reflexões sobre a unidade original da raça humana*, no qual argumentava que Deus não criara apenas uma, mas sim quatro espécies originais: caucasianos, mongóis, índios e africanos. Ao longo do livro, Caldwell assumiu a defesa da inferioridade inata dos africanos frente às demais espécies por ele identificadas. A partir do final da década de 1830, de fato, o conceito de desigualdade racial inata passou a ser cada vez mais aceito nos meios científicos norte-americanos. A controvérsia em relação à existência de diversas espécies originais, contudo, ainda permanecia, marcadamente entre os intelectuais religiosos.

Mas o avanço do processo de naturalização da diferença racial era notável. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento de teorias e estudos no campo da etnologia e da frenologia – uma doutrina médica em voga no século XIX, direcionada à relacionar a estrutura craniana e a capacidade mental dos indivíduos

²³ Samuel Smith *apud* JORDAN, **White over Black: American Attitudes toward the negro...** Op. Cit., p. 515-6.

²⁴ Charles Caldwell *apud* HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: the origins of American racial Anglo-Saxonism.** Cambridge/London: Harvard University Press, 1981. p.117. Ver ainda FABIAN, Ann. **The Skull Collectors: Race, Science, and America's Unburied Dead.** Chicago: University of Chicago Press, 2010.

– esteve certamente influenciado por este contexto geral de reflexão sobre a diferença racial. Em 1839, com a fundação da *Escola Americana de Etnologia*, na Philadelphia, a noção de que a suposta degeneração do negro era uma qualidade racial inata tornava-se uma visão corrente nos círculos científicos norte-americanos. De acordo com Reginald Horsman, ao promover argumentos favoráveis à divisão dos homens segundo padrões de inferioridade e superioridade, esta instituição estava integrando um movimento da cultura ocidental relativo à racialização das identidades de diferentes grupos sociais. Ou melhor, um movimento em direção à naturalização das diferenças e criação de hierarquias entre os homens fundadas na raça. Para Horsman, o alcance da produção intelectual daquela escola americana derivava principalmente do fato de estar sediada em uma sociedade marcada pela escravidão e pela discussão da integração social e política dos negros livres.²⁵

Uma das primeiras publicações ligadas à *Escola Americana de Etnologia* foi o livro de George Morton, *Crania Americana*, de 1839. Morton (1799-1851) era um médico da Philadelphia, guardião de uma das maiores coleções de crânios de todo o mundo e dedicado, a partir dos estudos da frenologia, a comparar o tamanho, capacidade e estrutura destes crânios visando enfatizar as diferenças físicas básicas entre as raças. Suas pesquisas o levaram a concluir que os seres humanos haviam sido criados a partir de diversos pares, e em diferentes partes do mundo.²⁶

O grupo de pesquisa de Morton incluía o egiptólogo inglês G. Gliddon, e o médico Josiah Nott, que deram continuidade ao trabalho do mestre após sua morte e organizaram postumamente alguns escritos deixados por Morton, incluídos no livro *Types of Mankind*. Lançado em 1854 na Philadelphia, *Types of Mankind* contava ainda com alguns outros colaboradores, mas seus editores principais eram Nott e Gliddon. O objetivo central do livro era mostrar que “a diversidade das raças deve ser aceita pela ciência como um fato, independentemente da teologia”.²⁷ Assumindo uma postura claramente contrária a dos ambientalistas, estes autores notavam que os animais poderiam ser bastante “melhorados” pela domesticação,

²⁵ HORSMAN, **Race and Manifest Destiny: the origins of American racial Anglo-Saxonism...** Op. Cit., p. 102.

²⁶ Ibidem, p.125.

²⁷ NOTT, J. C. ; GLIDDON, G. **Types of Mankind**. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co, 1854, p.56.

“mas nem o clima, nem a comida, podem transformar um burro em um cavalo...”. Derivavam deste exemplo uma comparação com o homem negro, que poderia viver por diversas gerações no meio norte-americano, tornando-se suscetível a um determinado “progresso”, mas nunca a uma transformação.²⁸ Mais adiante, ao tratar do que chamavam de “Anatomia comparativa das raças”, o argumento em favor da inferioridade particular dos africanos ficou ainda mais explícito na afirmação de que “deve ser cego aquele que não nota a semelhança entre as mais baixas raças humanas e o reino animal”.²⁹

Types of Mankind já estava em sua décima edição cerca de dezessete anos após sua primeira publicação, o que deve ser indicativo da relativa popularidade alcançada por estas pesquisas sobre raça nos Estados Unidos. O dado a ser valorizado, de qualquer forma, é que a maior difusão da ideia da inferioridade inata dos negros pode ter contribuído para a identificação dos não-brancos com a imagem de animalidade e pouca capacidade intelectual. E é precisamente neste ponto que um repertório racista assume todo seu potencial excludente: a hierarquização dos homens pela ciência, a limitação na vida política, a racialização de direitos civis.

De volta a McCune Smith, com quem se iniciou esta seção do artigo, pode-se pensar que ao retornar da Europa, já como médico, em 1837, ele testemunhou uma transformação crescente no âmbito da discussão racial em seu país. Cabe perguntar, finalmente, sobre o teor da resposta sistematizada por McCune Smith para estas ideias raciais em voga na América. O que há de particular na escrita deste médico negro? Como ele articulou argumentos antirracistas, ainda que se valendo da retórica da raça, tão presente em seu meio social? E, sobretudo, por que McCune Smith respondeu especialmente às formulações de Thomas Jefferson?

De McCune Smith a Thomas Jefferson: raça e antirracismo em debate

O *Anglo African Magazine* foi o periódico que publicou o texto de McCune Smith em 1859, mesmo ano, aliás, em que a revista veio à público pela primeira vez nos Estados Unidos. O objetivo do periódico era expressar a perspectiva dos

²⁸ Ibidem, p. 260.

²⁹ Ibidem, p. 457.

negros em contraste com visões intelectuais, leis, discursos religiosos e científicos da América que contribuíam para depreciar os africanos e seus descendentes. Na edição de agosto do ano de estreia da revista, o artigo “Sobre o ponto 14 das Observações de Jefferson a respeito da Virgínia” atendia ao propósito editorial da publicação e apresentava, já no parágrafo de abertura, a inquietante observação de Thomas Jefferson, formulada há mais de 70 anos sobre o destino dos negros na América: “o que mais se pode fazer com eles, [os negros]?”. McCune Smith se propôs desde o início a inverter a formulação de Jefferson, enunciando a questão em outros termos: “Podem negros e brancos viver em harmonia sob as instituições americanas, cada um contribuindo para a paz e prosperidade do país e para o desenvolvimento do problema do autogoverno envolvido nas instituições americanas?”.³⁰

Para McCune Smith, se as instituições democráticas fossem disseminadas nos Estados Unidos – tal qual a promessa republicana anunciara e não cumprira integralmente desde o fim do século XVIII –, não haveria impedimento para a integração social dos negros no plano político. Mas, advertia ele, o problema colocado por Jefferson não residia no plano das instituições, e sim nas questões físicas e morais: “O Sr. Jefferson sustenta que há distinções físicas e mentais entre o homem branco e o negro – distinções que devem impedi-los de uma participação igualitária e harmoniosa nas benesses da liberdade democrática”.³¹

Para contrapor-se às ideias de Jefferson, o médico de Nova York sistematizou as diferenças físicas em quatro grupos – estrutura óssea, músculos, textura do cabelo e cor da pele. Ao contestá-las, uma a uma, reforçou seu argumento sobre a “sublime” unidade da raça humana. Sobre a estrutura óssea, por exemplo, McCune Smith afirmou que as pesquisas conduzidas por seus pares não foram capazes de detectar diferenças notáveis de tamanho e forma nos crânios de negros e brancos, comprovando assim não haver distinções estruturais que confirmassem a noção de inferioridade dos primeiros. Sobre as diferenças na

³⁰ SMITH, James McCune. On the Fourteenth Query of Thomas Jefferson's Notes on Virginia. **Anglo-African Magazine**. August 1859. A pesquisa deste periódico foi realizada através da base digital Black Abolitionist Papers, 1830-1865, da ProQuest, que não indica a numeração original de páginas deste documento em particular.

³¹ Idem.

textura do cabelo, por sua vez, ele enumerou uma série de pesquisas para concluir que distinções de espécie não podem ser aferidas a partir de meras diferenças na aparência física. Mais uma vez, realçava-se o argumento da unidade da espécie humana, em contraponto à hierarquização que nutria o racismo. Sobre a visão de Jefferson a respeito da cor dos negros como objeção à integração na república americana, a resposta de McCune Smith foi, uma vez mais, contundente. Após analisar detidamente as variedades de cor da pele em diferentes regiões do mundo, ele afirmou: “A cor da pele na raça negra não é uma marca distintiva, que a separa do resto da humanidade, mas é, em contraponto, o resultado combinado das influências do clima quente e do solo em que seus ancestrais viveram na África”.³²

Atento a mudanças no vocabulário norte-americano entre os tempos de Jefferson e o seu próprio, McCune Smith defendia uma visão antirracista na qual as diferenças físicas não eram impedimentos para integrar a república norte-americana. Notava, aliás, que o termo negro (“black” e “negro”, no original) era usual na época em que Jefferson escreveu suas *Observações*, mas anunciava que a opinião pública havia mudado nos Estados Unidos desde então: “Os jornais, índices seguros de opinião pública, agora chamam essa classe de *peessoas de cor*. O grupo é o mesmo, mas já não são chamados de negros, como se estivessem na fronteira da bestialidade; eles são ‘de cor’ e são ‘peessoas’”.³³ (grifos no original)

Esta diferença indicava, para McCune Smith, que a opinião pública norte-americana – certamente distinta, em sua visão, do discurso científico e político fundado no racismo – assumia que todos os residentes naquela república eram aptos para as “dignidades” e “privilégios” da cidadania: “Não me importa que o fato demore alguns poucos anos; o princípio já está estabelecido; as distinções físicas... neste país não são mais uma barreira contra a incorporação dos negros ao Estado”.³⁴

Para este médico, intelectual e ativista negro, a discussão proposta em *Observações* mostrava que Jefferson “desconhecia a filosofia do progresso

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

humano”.³⁵ Pois se a conhecesse, saberia que a presença dos negros contribuía para a “civilização”, em suas palavras, e a civilização dependia de liberdade e diversidade.

Ao contrapor-se a Thomas Jefferson na discussão sobre a suposta inferioridade e inadequação dos negros na república norte-americana, McCune Smith atacava frontalmente uma tradição intelectual, política e científica cujas origens ele identificava em fins do século XVIII; e cujos desdobramentos conhecia de perto e por experiência própria. No decorrer da primeira metade do século XIX, como já indicado, a crescente racialização da identidade dos não-brancos ganhou novo fôlego, tanto nos meios científicos, como na própria vida cotidiana norte-americana. A democracia jacksoniana contribuiu para a disseminação de imagens da suposta degeneração dos negros, acentuadas no decorrer do XIX. No âmbito da ciência, ao mesmo tempo, os estudos da *Escola Americana de Etnologia*, entre outros, avançavam em direção à afirmação da superioridade dos brancos em relação aos negros. Responder aos argumentos de Thomas Jefferson especificamente, e não diretamente aos de qualquer outro de seus contemporâneos, revela o profundo compromisso da ação política e da escrita de McCune Smith, para quem a noção de raça podia ser articulada de modo a defender ideais cívicos de cidadania integral na América. Ora, Thomas Jefferson, um dos republicanos reconhecidos como pais fundadores da América independente, recusava esta promessa de cidadania negra em suas *Observações*; McCune Smith, ao recuperá-lo, desafiava o credo da liberdade e da igualdade americana – do qual Jefferson era um representante – em seu âmago.

Sabemos hoje que as chamadas raças humanas são criações históricas, socialmente produzidas em larga medida pelo processo de expansão atlântica e pelos contatos entre europeus, africanos e americanos desde o início da época moderna. Carentes, portanto, de qualquer sustentação biológica. Mas ao longo do século XIX, diante da crescente secularização do saber, observa-se que a ideologia racista avançou como um tipo de saber específico,³⁶ em grande medida devotado a tornar o mundo inteligível a partir da dinâmica das diferenças e do reforço das

³⁵ Idem.

³⁶ Ver HOLT, **The problem of race in the 21 st. century...** Op. Cit., p. 33.

hierarquias, então naturalizadas pela autoridade contestável dos discursos científicos.

O debate entre McCune Smith e Jefferson, que não eram contemporâneos, revela a profunda articulação entre os discursos da ciência e da política. Por certo, a ideia de nação e república destes homens repousava originalmente em um entendimento cívico, ao mesmo tempo em que se revestia de forte conteúdo racial, ora acionado com propósitos racistas, ora antirracistas. Esta era uma dimensão palpável do nacionalismo norte-americano no século XIX, construído em torno do paradoxo entre liberdade e escravidão, da diversidade da população e da notável presença de indivíduos de ascendência africana em defesa de seus direitos de cidadania republicana.

Referências Bibliográficas

APETHEKER, Herbert (ed.). **A documentary history of the negro people in the United States**. New Jersey: The Citadel Press, 1951. v. 1.

ARMITAGE, David. **Declarações de Independência: uma história global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAYLIN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução americana**. Bauru: Edusc, 2003.

DAIN, Bruce. **A hideous monster of the mind: American race theory in the early Republic**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2002.

FABIAN, Ann. **The Skull Collectors: Race, Science, and America's Unburied Dead**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

FONER, Eric. **The story of American freedom**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1999.

FREDRICKSON, George M. **Diverse nations: explorations in the history of racial and ethnic pluralism**. Boulder/London: Paradigm Publishers, 2008.

GREENE, Jack P. The American Revolution. **The American Historical Review**, vol. 105, n.1, p. 93-102, 2000.

HOLT, Thomas. **The problem of race in the 21 st. century**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2002.

- HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: the origins of American racial Anglo-Saxonism**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1981.
- HUNT, Lynn. **Inventing human rights: a History**. New York/London: W.W. Norton & Company, 2007.
- JEFFERSON, Thomas. **Writings**. New York: The Library of America, 1984.
- JORDAN, Winthrop. **White over Black: American Attitudes toward the negro**. London: W.W. Norton and Company, 1977.
- LEVINE, Robert . The slave narrative and the revolutionary tradition of American autobiography. *In*: FISCH, Audrey (Editor). **The Cambridge Companion to The African American Slave Narrative**. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 99-114.
- MORGAN, Edmund. The paradox of slavery and freedom. *In*: HOLT, T & BROWN, E.B. (orgs.). **Major problems in African American history: from slavery to freedom**. Boston/New York: Houghton Mifflin Company, 2000. p.99-108.
- MORGAN, Thomas. The education and medical practice of Dr. James McCune Smith (1813-1865), first black American to hold a medical degree, **Journal of National Medical Association**, v. 95, n. 7, p. 603–614, 2003.
- NASH, Gary. **Forging Freedom: the formation of Philadelphia's black community (1720-1840)**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1988.
- NOTT, J. C.; GLIDDON, G. **Types of Mankind**. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co, 1854.
- RAEL, Patrick. **Black identity and Black protest in the Antebellum North**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2002.
- SAXTON, Alexander. **The Rise and fall of White Republic: class politics and mass culture in the nineteenth century**. London/New York: Verso, 1990.
- SMITH, James McCune. On the Fourteenth Query of Thomas Jefferson's Notes on Virginia. **Anglo-African Magazine**, August 1859.